



**POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS  
COMANDO DA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR  
DIRETORIA DE ENSINO E PESQUISA  
ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍCIA E SEGURANÇA PÚBLICA**



**RODRIGO IRINEU DA SILVA**

**ANÁLISE CRÍTICA DAS POLÍTICAS DE DIREITOS HUMANOS NO  
TREINAMENTO POLICIAL MILITAR: PERSPECTIVAS PARA  
APRIMORAMENTO**

**GOIÂNIA-GO**

**2024**

RODRIGO IRINEU DA SILVA

**ANÁLISE CRÍTICA DAS POLÍTICAS DE DIREITOS HUMANOS NO  
TREINAMENTO POLICIAL MILITAR: PERSPECTIVAS PARA  
APRIMORAMENTO**

Artigo Científico apresentado como exigência para conclusão da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso da Pós-Graduação em Polícia e Segurança Pública pelo Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, sob a orientação do Prof. **Dr.** Everton Fernando Cavalcante de Jesus – Subtenente Cavalcante, com licenciatura e bacharelado em História e bacharel em Direito. Email: fernandocavalcante52@gmail.com

GOIÂNIA-GO

2024

## RESUMO

Esta pesquisa, teve como objetivo avaliar as políticas existentes que orientam o treinamento policial militar, identificando pontos fortes e áreas que possam ser aprimoradas para garantir uma abordagem alinhada aos direitos humanos. Para a construção deste estudo, a metodologia empregada adotou uma abordagem mista, combinando métodos qualitativos e quantitativos. A análise crítica foi embasada em revisão bibliográfica e documental, enquanto a coleta de dados primários foi realizada por meio de questionários aplicados aos policiais militares da Academia de Polícia Militar de Goiás. A população alvo foi composta por 34 policiais militares em treinamento na Academia de Polícia Militar de Goiás. A amostra foi selecionada de forma aleatória, representando uma porcentagem significativa da população total, garantindo a representatividade dos dados coletados. Com base nos dados obtidos, a maioria dos participantes relatou uma visão positiva em relação ao impacto dessas políticas na relação entre a polícia e a comunidade, destacando a influência positiva na aproximação, no respeito mútuo e na qualidade do convívio entre os policiais e os cidadãos. Essa perspectiva é fundamental, pois reflete o papel crucial que as políticas de direitos humanos desempenham na construção de relações de confiança e na promoção da legitimidade das forças policiais junto à comunidade. Além disso, os resultados também evidenciaram áreas que necessitam de atenção e aprimoramento, como a resistência a mudanças culturais dentro das instituições policiais, a necessidade de atualização dos métodos de treinamento e a garantia de internalização dos princípios pelos agentes. Esses desafios destacam a complexidade envolvida na implementação efetiva das políticas de direitos humanos no contexto policial militar e ressaltam a importância

de abordagens abrangentes e multifacetadas para promover uma cultura de respeito aos direitos humanos.

**Palavras - Chaves:** Direitos humanos; Treinamento policial; Polícia militar.

## 1 INTRODUÇÃO

A relação entre as forças policiais militares e os direitos humanos tem sido um campo de estudo e debate complexo e crucial. A forma como os profissionais de segurança são treinados desempenha um papel fundamental na garantia do respeito aos direitos fundamentais durante suas operações. Este artigo busca realizar uma análise crítica das políticas de direitos humanos implementadas no treinamento policial militar, visando identificar oportunidades de aprimoramento que possam contribuir para uma atuação mais eficaz e compatível com os princípios fundamentais. Recentes eventos globais evidenciam a importância de uma abordagem crítica e reflexiva sobre as práticas policiais (Barszcz, 2023).

Incidentes que levantam questões sobre violações de direitos humanos, como uso excessivo da força e discriminação, destacam a necessidade urgente de examinar as políticas de treinamento que moldam o comportamento policial. Dados atuais revelam que a compreensão e implementação efetiva de políticas de direitos humanos no treinamento policial são cruciais para construir uma força policial confiável e respeitadora. A contextualização apresentada

estabelece a base para uma investigação crítica sobre as políticas de direitos humanos no treinamento policial militar. A importância desse estudo é respaldada por dados atuais e destacada pela necessidade de preencher lacunas na pesquisa existente (Oliveira; Jacondino, 2022).

Investigar este tema, é essencial diante das complexidades e desafios inerentes à aplicação eficaz desses princípios fundamentais. A falta de uma avaliação detalhada dessas políticas representa uma lacuna significativa na literatura, comprometendo a compreensão holística das práticas policiais. Em particular, a ausência de análises específicas sobre as políticas de treinamento deixa em aberto questões cruciais sobre como essas políticas moldam o comportamento dos profissionais de segurança em situações práticas. A não resolução deste problema pode resultar em práticas inadequadas, violações de direitos humanos e perda de confiança da sociedade nas instituições encarregadas de sua segurança.

Esta pesquisa visa contribuir de maneira significativa para a Polícia Militar de Goiás, proporcionando insights críticos que podem informar o aprimoramento das políticas de treinamento, promovendo práticas mais éticas e alinhadas com os valores democráticos. Além disso, a relevância social deste estudo transcende as instituições policiais, impactando diretamente a comunidade ao promover um ambiente mais seguro e respeitoso. Ao destacar as limitações das pesquisas anteriores que não abordaram adequadamente a análise crítica das políticas de treinamento, esta pesquisa busca preencher essa lacuna e oferecer recomendações práticas para o avanço das práticas policiais, influenciando positivamente a conduta, a confiança pública e o desenvolvimento de políticas mais eficazes.

Essa lacuna no conhecimento levanta a seguinte pergunta de pesquisa: Como as atuais políticas de direitos humanos no treinamento policial militar influenciam o comportamento prático dos profissionais de segurança, e quais são as oportunidades para aprimoramento dessas políticas a fim de garantir práticas éticas e respeitadas aos direitos fundamentais? Essa questão orienta a pesquisa para uma análise crítica das políticas existentes, identificando áreas específicas que requerem atenção para fortalecer a integridade e a eficácia do treinamento policial militar.

Com isso, tem-se como objetivo geral: Avaliar as políticas existentes que orientam o treinamento policial militar, identificando pontos fortes e áreas que possam ser aprimoradas para garantir uma abordagem alinhada aos direitos humanos.

Já os objetivos específicos definidos foram: Investigar como as políticas de direitos humanos no treinamento policial militar se refletem no comportamento prático dos

profissionais de segurança em situações reais, identificar oportunidades de melhoria e contribuir para a formulação de políticas eficazes.

## **2 REVISÃO TEÓRICA**

### **2.1 Políticas de Direitos Humanos**

Os direitos humanos, originados na busca pela proteção e garantia dos direitos fundamentais, têm uma trajetória que remonta à Magna Carta de 1215 e evoluiu ao longo dos séculos. Essa evolução culminou na Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1948. A importância dos direitos humanos está intrinsecamente ligada à dignidade humana. Esses direitos fundamentam-se na premissa de que cada indivíduo possui uma dignidade inerente, independente de características como origem, raça, gênero ou religião (Brasil *et al.*, 2011).

Essa ênfase na dignidade ressalta a necessidade de proteção e respeito aos direitos fundamentais como elementos essenciais para a construção de uma sociedade justa. Os direitos humanos desempenham um papel crucial na construção de sociedades justas. Ao estabelecer

padrões e normas transcendentais, esses direitos promovem uma visão universal da justiça, proporcionando um arcabouço ético para a coexistência pacífica e equitativa entre os membros da comunidade global (França, 2012).

A promoção da equidade e igualdade é uma dimensão evidente da importância dos direitos humanos para a justiça. Garantir a todos os indivíduos o acesso aos mesmos direitos e oportunidades, independentemente de suas circunstâncias, contribui para a edificação de uma sociedade justa e inclusiva. Os direitos humanos também atuam como um escudo protetor contra a arbitrariedade do poder estatal. Ao estabelecer limites claros para a ação governamental, esses direitos asseguram a proteção dos cidadãos contra abusos, contribuindo para a instauração e manutenção da justiça (Bittar, 2019).

Além disso, os direitos humanos constituem um instrumento crucial para a responsabilização de governos, instituições e indivíduos. Quando ocorrem violações, os princípios dos direitos humanos fornecem um quadro normativo para a prestação de contas, permitindo a busca por justiça em níveis nacionais e internacionais. A universalidade dos direitos humanos é um pilar essencial para a construção da justiça global. Ao reconhecer que esses direitos são aplicáveis a todas as pessoas, independentemente de sua origem ou localização, os direitos humanos promovem uma visão inclusiva e globalizada de justiça (Souza, 2012).

Na luta contra a discriminação e injustiça social, os direitos humanos desempenham um papel destacado ao proibir a discriminação com base em características como raça, gênero e religião. Esses direitos atuam ativamente na promoção de sociedades mais justas e igualitárias. O impacto transformador dos direitos humanos reflete-se no empoderamento individual e coletivo. Ao garantir a cada pessoa o direito à expressão, participação e igualdade, esses direitos criam as condições necessárias para que todos possam contribuir para a construção de uma justiça sustentável (Bittar, 2019).

A cooperação internacional em torno dos direitos humanos é essencial para a promoção de uma justiça duradoura. A colaboração entre nações, organizações e indivíduos, fundamentada nos princípios dos direitos humanos, é crucial para abordar desafios globais e estabelecer um contexto onde a justiça seja um objetivo alcançável para todos (Souza, 2012).

As políticas de direitos humanos no treinamento policial desempenham um papel vital na promoção do exercício ético e responsável da força policial, especialmente em contextos democráticos. O respeito aos direitos fundamentais durante a formação é essencial para moldar profissionais capacitados, conscientes e dedicados à preservação da ordem pública com respeito à dignidade humana. Ao longo da evolução histórica das políticas de direitos humanos no

treinamento policial, observa-se uma transição significativa de abordagens autoritárias para a integração de princípios democráticos (Souza, 2012).

A adaptação reflete a transformação das sociedades e as crescentes expectativas em relação às forças de segurança. No entanto, desafios contemporâneos, como incidentes de violência policial e a falta de responsabilização, questionam a eficácia das políticas existentes, ressaltando a necessidade de abordagens mais equilibradas e adaptáveis. O marco jurídico internacional, representado por tratados como a Convenção Europeia dos Direitos do Homem e a Declaração Universal dos Direitos Humanos, desempenha um papel fundamental na orientação das políticas de treinamento policial. Estes instrumentos estabelecem padrões universais, essenciais para direcionar as práticas das instituições policiais (Coimbra, 2008).

A integração de direitos humanos no treinamento técnico dos policiais abrange desde táticas de abordagem não violenta até a compreensão das diversidades culturais, capacitando os agentes a lidar eticamente com situações complexas. Inovações, como simulações realistas e uso de tecnologia educacional, destacam-se como respostas contemporâneas para aprimorar as habilidades dos policiais sem comprometer os princípios dos direitos humanos (Barszcz, 2023).

A avaliação contínua das políticas é crucial para sua eficácia. Mecanismos de feedback, auditorias internas e externas, e a participação da sociedade civil promovem a responsabilidade e possibilitam ajustes necessários para atender às demandas em constante evolução. Considerar a dimensão cultural nas políticas de treinamento é imperativo, enriquecendo a eficácia das estratégias ao compreender contextos locais e respeitar a diversidade étnica e cultural (Bittar, 2019).

O impacto positivo das políticas de direitos humanos no treinamento policial se reflete diretamente nas comunidades. A confiança entre a polícia e a sociedade é fortalecida, contribuindo para a redução da violência policial e a promoção da segurança cidadã quando essas políticas são implementadas de maneira eficaz. A responsabilização institucional é um pilar fundamental, assegurando que as políticas de direitos humanos não sejam apenas declarativas, mas incorporadas na cultura organizacional (Coimbra, 2008).

A contribuição da educação continuada emerge como uma estratégia valiosa, oferecendo oportunidades para os policiais aprimorar constantemente suas habilidades interpessoais, conhecimento legal e compreensão ética. Com isso, as políticas de direitos humanos no treinamento policial são essenciais para construir sociedades seguras e justas. Uma abordagem holística, ancorada em normativas internacionais, inovação educacional e responsabilização efetiva, é vital para forjar uma força policial comprometida com a proteção e promoção dos direitos humanos (Coimbra, 2008).

## **2.2 Abordagem policial alinhada aos direitos humanos**

A abordagem policial alinhada aos direitos humanos é um tema de extrema relevância, buscando conciliar as funções de manutenção da ordem pública com o respeito irrestrito aos direitos fundamentais dos cidadãos. Essa perspectiva visa harmonizar a eficácia da atuação policial com a promoção da dignidade humana e o exercício democrático da autoridade. O alinhamento da abordagem policial aos direitos humanos encontra suas bases nos princípios consagrados em documentos internacionais, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos. A promoção da vida, liberdade e segurança de todos, sem discriminação, estabelece um fundamento ético essencial para a atuação policial (Barszcz, 2023).

Essa abordagem exige o respeito à diversidade em todas as suas dimensões, incluindo o reconhecimento das diferenças culturais, étnicas e sociais, evitando práticas discriminatórias e promovendo a equidade no tratamento dos cidadãos. O efetivo alinhamento da abordagem policial aos direitos humanos demanda investimentos substanciais em treinamento e capacitação. Os policiais precisam ser preparados não apenas em técnicas de abordagem, mas também em sensibilidade cultural, mediação de conflitos e respeito aos princípios democráticos (Conde, 2022).

Apesar dos desafios consideráveis na implementação, especialmente em situações complexas e de risco, encontrar o equilíbrio entre a segurança pública e a preservação dos direitos individuais é uma tarefa delicada que requer políticas claras e estratégias bem definidas. A não conformidade com os princípios dos direitos humanos na abordagem policial pode resultar em consequências severas, minando a confiança da comunidade nas forças de segurança e gerando tensões sociais. Incidentes de violência policial podem ter impactos duradouros e prejudiciais para a coesão social (Oliveira; Jacondino, 2022).

A implementação bem-sucedida da abordagem policial alinhada aos direitos humanos requer mecanismos eficazes de accountability e transparência. A responsabilização por práticas inadequadas e a transparência nas ações policiais são elementos-chave para construir e manter a confiança da comunidade. Quando os princípios dos direitos humanos norteiam a abordagem policial, há um impacto significativo nas relações comunitárias. O fortalecimento do diálogo, o respeito mútuo e a colaboração entre a polícia e a sociedade tornam-se mais acessíveis, contribuindo para a construção de comunidades seguras e coesas (Barszcz, 2023).

A adoção de uma abordagem policial alinhada aos direitos humanos requer o desenvolvimento e a implementação de políticas públicas coerentes. Essas políticas devem ser

orientadas por princípios éticos, garantindo que as práticas policiais estejam em consonância com as expectativas democráticas da sociedade. A educação continuada é crucial para garantir a sustentabilidade da abordagem policial alinhada aos direitos humanos. Além disso, é necessário promover uma mudança na cultura institucional, estimulando valores de respeito, tolerância e imparcialidade no seio das organizações policiais (Maia, 2019).

A sociedade civil desempenha um papel significativo na promoção e vigilância da abordagem policial alinhada aos direitos humanos. Mecanismos de participação e diálogo constante entre a polícia e os cidadãos são essenciais para garantir que as políticas e práticas atendam às expectativas da comunidade. Com isso, a abordagem policial alinhada aos direitos humanos é um imperativo moral e ético para o funcionamento justo e democrático de uma sociedade. É uma busca constante pela harmonização entre a segurança pública e o respeito irrestrito à dignidade humana, exigindo comprometimento, educação e políticas eficazes para transformar princípios em práticas efetivas e justas (Barszcz, 2023).

### **2.3 Princípios de Direitos Humanos**

O cerne de qualquer política deve ser a incorporação explícita e inequívoca dos princípios dos direitos humanos. Isso envolve não apenas o respeito aos direitos fundamentais, mas a internalização desses valores como fundamentais para o exercício da função policial. Essa abordagem visa não apenas o cumprimento de normas, mas a assimilação desses princípios como parte intrínseca do ethos policial. Políticas eficazes devem garantir que a formação inicial dos policiais inclua uma sólida base em direitos humanos (Oliveira; Jacondino, 2022).

Isso não apenas sensibiliza os profissionais para questões éticas, mas também os equipa com as ferramentas necessárias para aplicar esses princípios no desempenho de suas funções. A ênfase na formação inicial estabelece alicerces sólidos para a carreira policial, moldando atitudes e comportamentos desde o início (Oliveira; Jacondino, 2022).

As políticas de treinamento devem adotar métodos que promovam a participação ativa dos policiais na compreensão dos princípios dos direitos humanos. Cenários práticos, simulações e discussões éticas são ferramentas valiosas para internalizar conceitos e incentivar uma atuação alinhada com esses valores. A abordagem ativa não apenas transmite conhecimento, mas também desenvolve habilidades práticas e a capacidade de tomar decisões éticas em situações complexas (Cruz *et al.*, 2022).

Assim, as políticas devem prever avaliações regulares do treinamento, permitindo ajustes contínuos para abordar desafios emergentes e garantir que as práticas estejam sempre

em consonância com os padrões mais recentes de direitos humanos. A natureza dinâmica da sociedade exige uma abordagem adaptativa, assegurando que os policiais estejam preparados para lidar com as demandas em constante evolução. Políticas transparentes que detalham os objetivos do treinamento em direitos humanos, os métodos utilizados e os critérios de avaliação são essenciais (Santos, 2023).

Além disso, a responsabilização por práticas contrárias aos direitos humanos deve ser clara e efetiva. A transparência constrói a confiança da comunidade, enquanto a responsabilização assegura que as políticas se traduzem em ações concretas. Incorporar especialistas em direitos humanos no desenvolvimento e implementação de políticas de treinamento fortalece a abordagem, proporcionando uma perspectiva especializada e assegurando a conformidade com normas internacionais. A expertise desses profissionais contribui para a construção de políticas robustas e alinhadas às melhores práticas globais (Silva, 2023).

Incluir representantes da sociedade civil no processo de elaboração de políticas é crucial. Isso garante que as preocupações e expectativas da comunidade em relação ao treinamento policial estejam alinhadas com os princípios dos direitos humanos. A participação da sociedade civil é uma salvaguarda fundamental para a legitimidade e aceitação das políticas propostas. Políticas de treinamento devem incluir avaliações de impacto social para medir como a aplicação prática dos princípios dos direitos humanos influencia a percepção da comunidade em relação à polícia e a ocorrência de abusos ou violações. Essa avaliação contínua é crucial para ajustes e melhorias, garantindo que o treinamento tenha impactos positivos tangíveis na sociedade (Cruz *et al.*, 2022).

A criação de materiais educativos específicos, como manuais, vídeos e recursos interativos, direcionados para o treinamento em direitos humanos, ajuda a fornecer informações claras e práticas aos policiais, facilitando a incorporação desses princípios em seu trabalho diário. Materiais educativos adaptados tornam o aprendizado mais acessível e eficaz. Promover a cooperação internacional e a troca de melhores práticas em treinamento policial, com um foco especial nos direitos humanos, permite que as instituições aprendam e se inspirem em abordagens bem-sucedidas implementadas em outros contextos (Silva, 2023).

A colaboração global fortalece as políticas locais, enriquecendo o treinamento policial com perspectivas diversificadas e eficazes. Ao integrar essas estratégias em políticas de treinamento policial militar, é possível criar uma base sólida para uma atuação que respeite e promova os direitos humanos, contribuindo para uma força policial mais ética, transparente e eficaz. A integração holística dessas políticas proporciona uma abordagem abrangente,

abordando desde a formação inicial até a avaliação contínua, garantindo a consistência e a efetividade do treinamento ao longo do tempo (Santos, 2023).

### **3 METODOLOGIA**

#### **5.1 Tipo de Pesquisa:**

Esta pesquisa adotou uma abordagem mista, combinando métodos qualitativos e quantitativos. A análise crítica foi embasada em revisão bibliográfica e documental, enquanto a coleta de dados primários foi realizada por meio de questionários aplicados aos policiais militares da Academia de Polícia Militar de Goiás.

A escolha da abordagem mista se justifica pela natureza complexa do tema, que envolve tanto aspectos normativos e teóricos quanto a compreensão das práticas cotidianas no ambiente policial militar. A revisão bibliográfica e documental permitirá uma fundamentação robusta, contextualizando as políticas de direitos humanos. Complementarmente, a coleta de dados primários por meio de questionários possibilitará a captação de percepções individuais e quantificação de atitudes, enriquecendo a análise crítica.

A integração dos resultados quantitativos será essencial para uma compreensão holística da eficácia das políticas de direitos humanos no treinamento policial militar. A triangulação de dados provenientes das diferentes fontes possibilitará uma validação cruzada, fortalecendo a

confiabilidade das conclusões. A sinergia entre métodos qualitativos e quantitativos fornecerá uma visão abrangente e multifacetada, essencial para a formulação de recomendações de aprimoramento embasadas em evidências. Essa estratégia metodológica visa contribuir significativamente para o avanço do debate e o desenvolvimento de práticas mais eficazes na promoção dos direitos humanos no contexto policial militar.

## **5.2 População e Amostra:**

A população alvo foi composta por 34 policiais militares em treinamento na Academia de Polícia Militar de Goiás. A amostra foi selecionada de forma aleatória, representando uma porcentagem significativa da população total, garantindo a representatividade dos dados coletados.

## **5.3 Local da Pesquisa:**

A pesquisa foi conduzida na Academia de Polícia Militar de Goiás, localizada na R. 252, 21 - Setor Leste Universitário, Goiânia - GO, 74603-240.

## **5.4 Procedimentos de Coleta de Dados:**

Para a coleta de dados, foram adotados métodos variados, visando obter uma compreensão abrangente das políticas de direitos humanos no treinamento policial militar na Academia de Polícia Militar de Goiás. Será desenvolvido um conjunto de questionários estruturados aplicados através do Google Forms, cuidadosamente elaborados para abordar temas relevantes às políticas de direitos humanos. Esses questionários contaram com perguntas fechadas para a obtenção de dados quantitativos, permitindo uma análise estatística objetiva. As perguntas abertas serão incluídas para possibilitar insights mais detalhados e percepções individuais dos policiais militares em treinamento. A construção criteriosa desses questionários garantirá a captura precisa e abrangente das informações necessárias para atingir os objetivos da pesquisa.

Além da coleta quantitativa, foi conduzida uma série de entrevistas estruturadas com representantes da direção da academia, instrutores e policiais militares em treinamento. Essas entrevistas proporcionaram uma perspectiva qualitativa valiosa, permitindo uma compreensão mais profunda das práticas, desafios e experiências relacionadas às políticas de direitos humanos. Os entrevistados serão selecionados estrategicamente para garantir uma

representação abrangente de diferentes níveis hierárquicos e funções, enriquecendo a análise com múltiplos pontos de vista.

Como parte integrante da metodologia, foi realizada uma revisão minuciosa de documentos institucionais, manuais de treinamento e normativas pertinentes às políticas de direitos humanos na instituição. Esta análise documental contribuirá para contextualizar as práticas institucionais, fornecendo uma visão histórica e normativa que enriquecerá a análise crítica. A revisão documental será conduzida de maneira sistemática, permitindo a identificação de lacunas entre a teoria estabelecida e a prática efetiva, bem como destacando pontos de conformidade e potenciais áreas de melhoria.

### **5.5 Instrumentos de Pesquisa:**

- Questionários estruturados para Google forms com perguntas fechadas e abertas.
- Roteiro de entrevistas estruturado.
- Análise documental.

### **5.6 Procedimentos Éticos:**

Os procedimentos éticos adotados nesta pesquisa são fundamentais para garantir a integridade e a conformidade com as normas éticas e legais. Inicialmente, foi requisitada autorização formal à Academia de Polícia Militar de Goiás por meio do Sistema Eletrônico de Informações (SEI). Esse passo visa estabelecer uma parceria transparente e legal entre os pesquisadores e a instituição, assegurando a permissão formal para a realização da pesquisa nas dependências da academia.

Adicionalmente, foi conduzida a coleta do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido dos participantes da pesquisa. Este documento detalha de maneira clara e compreensível os objetivos, procedimentos, riscos e benefícios da pesquisa, assegurando que os participantes estejam plenamente informados sobre sua participação e concordem voluntariamente. Essa abordagem ética garante o respeito pelos princípios de autonomia e dignidade dos participantes, fortalecendo a credibilidade e integridade do estudo.

### **5.7 Análise de Dados:**

A análise de dados foi conduzida de maneira abrangente, contemplando tanto as informações quantitativas quanto as qualitativas. No tocante aos dados quantitativos, serão tabulados e submetidos a técnicas estatísticas apropriadas. Esse processo estatístico permitirá

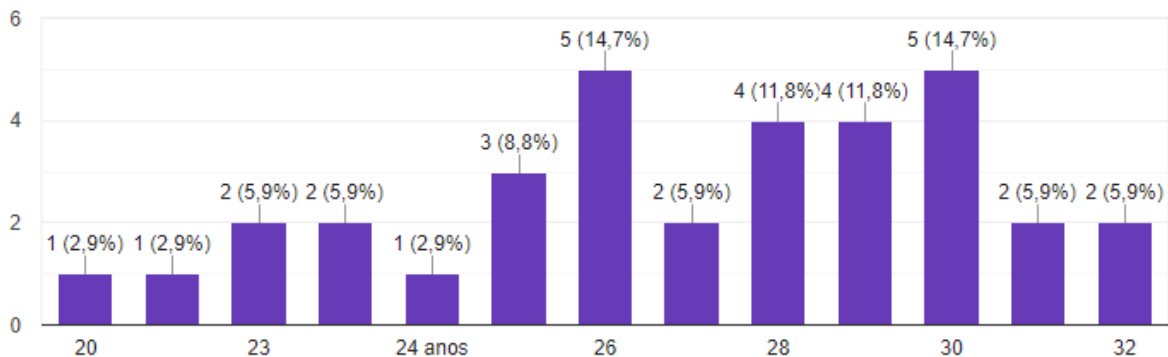
uma avaliação objetiva das respostas obtidas nos questionários, identificando tendências e padrões numéricos que contribuirão para a compreensão quantitativa das percepções dos policiais militares em treinamento.

Por sua vez, os dados qualitativos foram submetidos à análise de conteúdo, uma abordagem robusta que busca extrair significados subjacentes por meio da identificação de padrões e temas recorrentes. Essa análise qualitativa permitirá uma compreensão mais profunda das narrativas e percepções expressas nas entrevistas, contribuindo para a contextualização e interpretação dos resultados. A combinação dessas duas abordagens garantirá uma análise abrangente e integrada, proporcionando insights valiosos para a compreensão das políticas de direitos humanos no treinamento policial militar.

## 6 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Mediante a aplicação do questionário, participaram da pesquisa 34 policiais que concordaram em responder ao formulário com as perguntas. Mediante aos dados obtidos, as informações foram subdivididas em sub tópicos para a presente discussão.

**Gráfico 1: Idade**



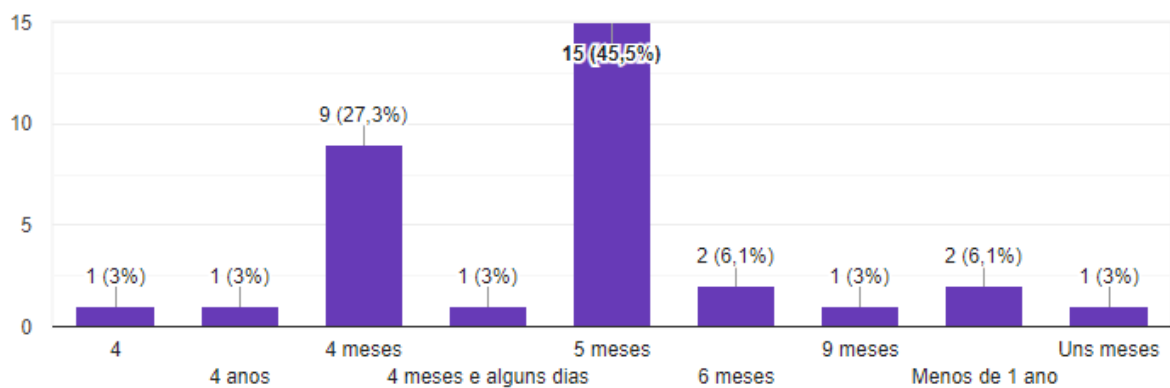
Os dados obtidos através da pesquisa sobre a análise crítica das políticas de direitos humanos no treinamento policial militar revelam uma distribuição variada das idades dos participantes. Observa-se uma concentração de participantes com idades entre 26 e 30 anos,

representando 66% do total da amostra. Isso sugere uma certa faixa etária predominante entre os membros do treinamento policial militar envolvidos na pesquisa. Essa predominância pode indicar uma tendência para que uma parcela significativa dos policiais militares em formação esteja ingressando na carreira em um estágio específico de suas vidas, possivelmente após experiências ou amadurecimento pessoal que os levaram a optar por esta profissão.

No entanto, é importante notar que a distribuição não é uniforme, com apenas 2,9% dos participantes abaixo dos 23 anos e 17,6% acima dos 30 anos. Essa disparidade pode ter implicações significativas no treinamento policial militar, pois diferentes faixas etárias podem trazer consigo diferentes perspectivas, experiências de vida e níveis de maturidade.

A literatura sugere que a diversidade de idade dentro das forças policiais pode trazer benefícios, incluindo uma maior capacidade de compreender e se comunicar eficazmente com comunidades diversas, bem como uma variedade de perspectivas na abordagem de questões de direitos humanos e aplicação da lei (Smith *et al.*, 2016; Kappeler *et al.*, 2014). Portanto, é essencial que as políticas de treinamento policial levem em consideração essa diversidade etária para garantir um desenvolvimento profissional adequado e uma aplicação justa e eficaz das leis, em conformidade com os princípios de direitos humanos.

### Gráfico 2: Tempo de serviço na Polícia Militar:

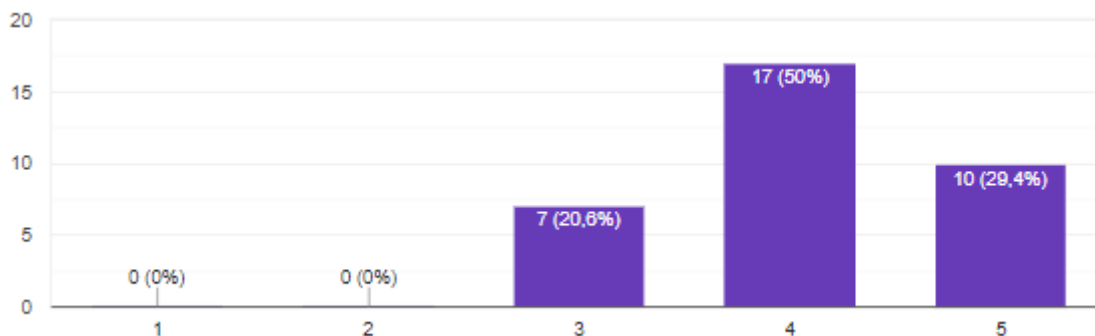


Referente ao questionamento sobre o tempo de atuação, os dados revelam uma distribuição diversificada no tempo de serviço dos participantes. É notável que a maioria dos participantes (78,8%) está em estágios iniciais de sua carreira na polícia militar, com 27,3% relatando apenas 4 meses de serviço e 45,5% relatando 5 meses de atuação. Esses números sugerem uma alta rotatividade ou um fluxo constante de novos recrutas na instituição, o que pode influenciar significativamente a implementação e a eficácia das políticas de direitos humanos dentro da força policial.

A literatura sobre o tema destaca a importância do tempo de serviço na formação e no comportamento dos policiais. Pesquisas indicam que os policiais mais experientes tendem a exibir uma maior sensibilidade aos direitos humanos e uma abordagem mais equilibrada na aplicação da lei (Alpert & Dunham, 2004). No entanto, a presença de uma proporção significativa de policiais com menos de um ano de serviço na amostra pode sugerir um desafio para a implementação efetiva das políticas de direitos humanos. Novos recrutas podem enfrentar pressões e desafios únicos durante seu período de adaptação à profissão, o que pode impactar sua compreensão e aderência aos princípios de direitos humanos.

Além disso, a presença de policiais com apenas alguns meses de serviço também levanta questões sobre a eficácia dos programas de treinamento oferecidos pela instituição. A literatura destaca a importância do treinamento inicial e contínuo na formação de policiais que sejam capazes de lidar adequadamente com situações complexas e de respeitar os direitos humanos em todas as circunstâncias (Reisig *et al.*, 2010). Portanto, esses resultados destacam a necessidade de revisão e aprimoramento dos programas de treinamento policial militar, com foco na integração efetiva dos princípios de direitos humanos desde os estágios iniciais da carreira dos policiais.

### **Gráfico 3: Conhecimento sobre as políticas de direitos humanos aplicadas ao treinamento policial militar**

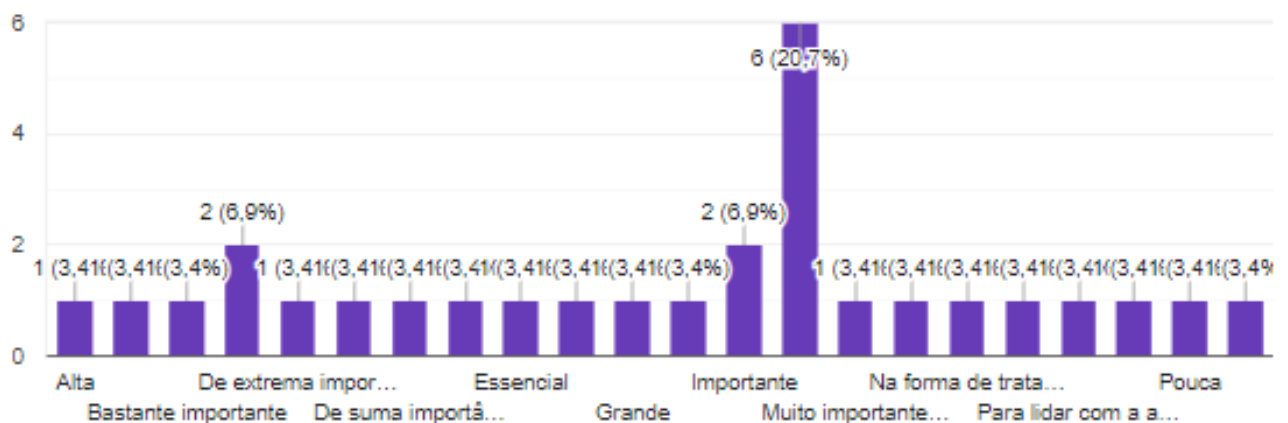


Os resultados da pesquisa revelam uma autoavaliação variada entre os participantes em relação ao seu conhecimento sobre as políticas de direitos humanos aplicadas ao treinamento policial militar. É significativo observar que a maioria dos participantes (79,4%) atribuiu a si mesmos um nível de conhecimento entre 4 e 5, indicando uma percepção geralmente positiva sobre sua familiaridade com essas políticas. No entanto, é importante considerar a possibilidade de um viés de autoavaliação, onde os participantes podem tender a superestimar seu próprio

conhecimento, especialmente em um contexto onde o tema é de alta relevância profissional e social.

Estudos sobre autoavaliação de conhecimento destacam que as percepções individuais nem sempre correspondem à realidade objetiva do conhecimento de uma pessoa sobre determinado assunto. Portanto, embora os participantes possam se sentir confiantes em seu conhecimento das políticas de direitos humanos, pode haver lacunas ou mal-entendidos que precisam ser abordados. Isso ressalta a importância de programas de educação continuada e treinamento que possam fornecer informações atualizadas e oportunidades para discussão e esclarecimento sobre essas políticas (Reisig *et al.*, 2010).

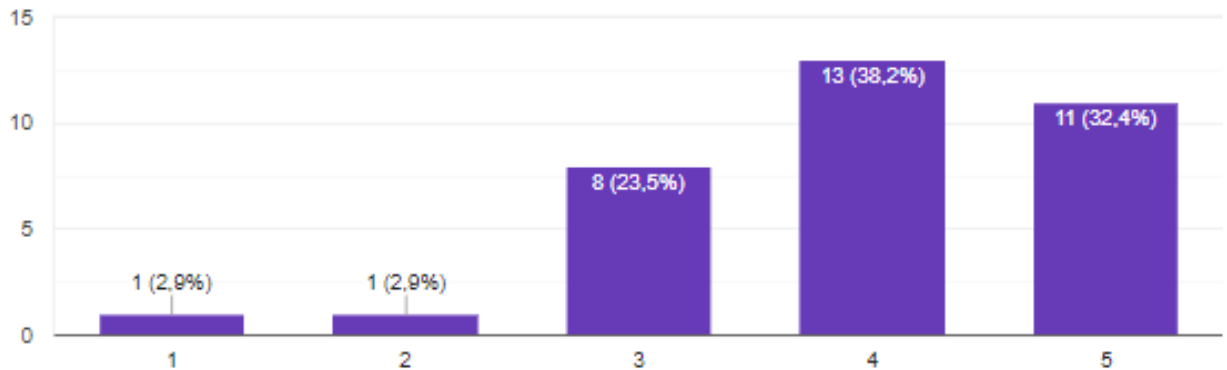
**Gráfico 4: Importância das políticas de direitos humanos no treinamento policial militar**



Neste questionamento, é notável que diversas respostas enfatizaram a relevância dessas políticas para a realização eficaz das atividades policiais, destacando sua importância intrínseca para o trabalho diário dos policiais. Essa atitude positiva reflete um reconhecimento da importância fundamental dos direitos humanos na prática policial e sugere uma disposição para integrar esses princípios no treinamento e nas operações policiais.

A literatura sobre o tema apoia a ideia de que políticas de direitos humanos desempenham um papel crucial na formação e no comportamento dos policiais, influenciando diretamente a qualidade e a legitimidade das práticas policiais. Pesquisas mostram que o treinamento em direitos humanos pode levar a uma maior sensibilidade dos policiais para com as questões de justiça, equidade e respeito aos direitos individuais, contribuindo para uma aplicação mais eficaz e ética da lei (Terrill & Paoline, 2017). Portanto, a resposta positiva dos participantes da pesquisa sugere um alinhamento com essas perspectivas teóricas e práticas.

**Gráfico 5: Efetividade das políticas de direitos humanos atualmente em vigor no treinamento policial militar**



A maioria dos respondentes (38,2%) atribuiu a pontuação máxima de 5, indicando uma visão bastante positiva em relação à eficácia dessas políticas. Por outro lado, uma parcela significativa (32,4%) também expressou alguma insatisfação, atribuindo uma pontuação de 4, sugerindo que ainda há margem para melhorias. Este cenário aponta para a complexidade e os desafios envolvidos na implementação de políticas de direitos humanos no contexto do treinamento policial militar.

A literatura existente sobre o tema destaca a importância crucial de tais políticas para promover uma cultura de respeito aos direitos humanos dentro das forças policiais. No entanto, também ressalta a necessidade de uma abordagem abrangente que inclua não apenas a formulação de políticas, mas também sua implementação eficaz, monitoramento e avaliação contínua. Além disso, enfatiza a importância da sensibilização, da educação e do treinamento adequado dos agentes policiais para garantir o pleno cumprimento dessas políticas. Portanto, os resultados deste estudo reforçam a importância de continuar a investir em estratégias que visem aprimorar e fortalecer as políticas de direitos humanos no treinamento policial militar, a fim de garantir uma aplicação mais consistente e eficaz no campo (Terrill & Paoline, 2017).

### **6.1 : Desafios identificados na aplicação prática das políticas de direitos humanos durante o treinamento policial militar**

Os desafios identificados na aplicação prática das políticas de direitos humanos durante o treinamento policial militar, conforme destacados pelos participantes da pesquisa, revelam uma série de preocupações pertinentes. Entre as principais respostas fornecidas estão a

resistência a mudanças culturais dentro das instituições, a necessidade de atualização dos métodos de treinamento e a garantia de internalização dos princípios pelos agentes. Esses desafios refletem a complexidade inerente à implementação eficaz de políticas de direitos humanos em um contexto tão específico como o militar.

A resistência a mudanças culturais é um desafio amplamente reconhecido em organizações, especialmente em instituições com estruturas hierárquicas rígidas, como as forças militares (Fontaine; Haar, 2020). A cultura organizacional muitas vezes molda as atitudes e comportamentos dos indivíduos dentro dela, tornando difícil a introdução e a adoção de novos valores, como os relacionados aos direitos humanos.

A necessidade de atualizar métodos de treinamento também é crucial. Estudos mostram que uma abordagem de treinamento contínuo, baseada em princípios de direitos humanos, pode ajudar a promover uma cultura organizacional mais inclusiva e respeitosa. No entanto, a implementação eficaz desses métodos enfrenta obstáculos, incluindo a disponibilidade de recursos e a resistência à mudança.

## **6.2 Sugestões para aprimorar as políticas de direitos humanos no treinamento policial militar**

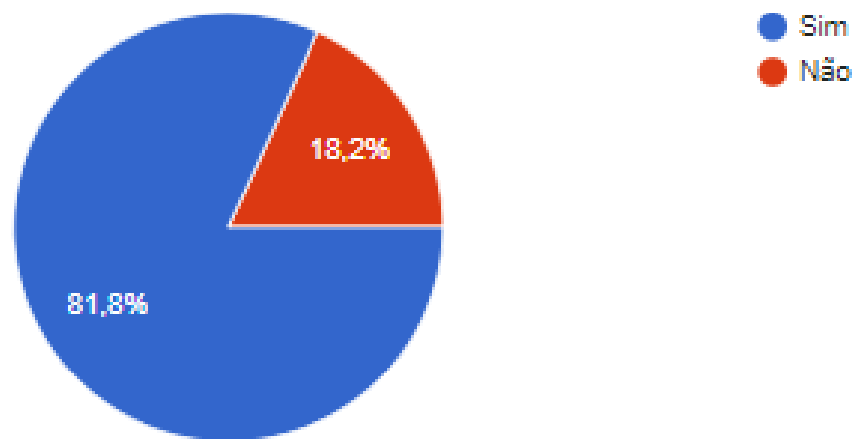
As sugestões apresentadas pelos participantes para o aprimoramento das políticas de direitos humanos no treinamento policial militar refletem uma variedade de perspectivas e abordagens. Uma das principais sugestões é o envolvimento da comunidade no desenvolvimento e avaliação das políticas, promovendo uma abordagem colaborativa e transparente. Esta proposta está em linha com a literatura que destaca a importância da participação da comunidade na formulação de políticas de segurança, contribuindo para a construção de relações de confiança entre a polícia e a população (Fontaine; Haar, 2020)

Outra sugestão recorrente é o aumento do investimento em treinamento, equipamentos e condições de trabalho. Isso reflete a necessidade percebida de recursos adequados para capacitar os agentes policiais a lidar de forma eficaz e respeitosa com situações que envolvem direitos humanos. A literatura apoia essa abordagem, destacando a importância do treinamento contínuo e da disponibilidade de recursos para promover uma cultura de respeito aos direitos humanos dentro das instituições policiais (Fontaine; Haar, 2020).

No entanto, algumas respostas também sugerem uma visão mais cética ou conservadora em relação à necessidade de mudanças. Por exemplo, a sugestão "Em time que tá ganhando não se mexer" sugere uma resistência à mudança ou uma abordagem mais conservadora em relação

às políticas de treinamento. Isso destaca os desafios que podem surgir na implementação de novas iniciativas e a importância de abordar eficazmente a resistência institucional durante processos de reforma (Fontaine; Haar, 2020).

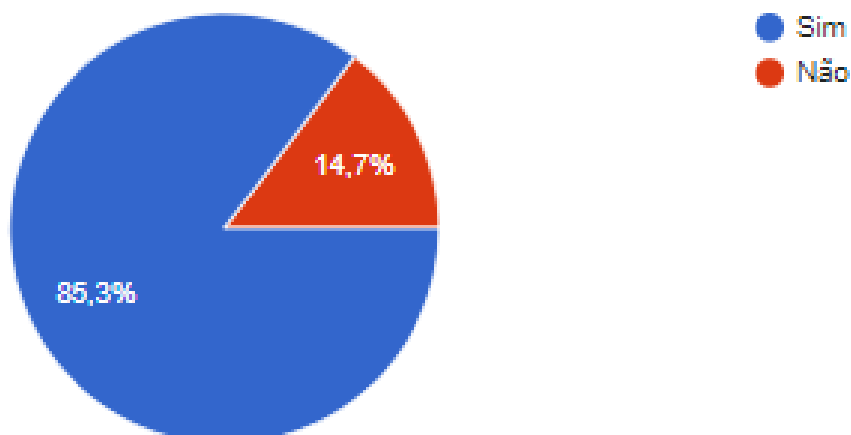
**Gráfico 6: Participação de atividades de educação continuada relacionadas às políticas de direitos humanos.**



Os resultados obtidos na pesquisa revelam que a grande maioria dos participantes (81,8%) afirmou participar de atividades de educação continuada relacionadas às políticas de direitos humanos no treinamento policial militar, enquanto 18,2% indicaram não participar dessas atividades. Essa proporção expressiva de participantes engajados em programas de educação continuada sugere um reconhecimento da importância e da necessidade de atualização constante em relação aos princípios e práticas de direitos humanos dentro da instituição policial militar.

Isso está alinhado com a literatura, que destaca a importância do treinamento contínuo para garantir a eficácia das políticas de direitos humanos no contexto policial (Fontaine; Haar, 2020). A participação ativa em programas de educação continuada pode contribuir para a sensibilização dos agentes policiais em relação aos direitos humanos, promovendo uma cultura organizacional mais inclusiva e respeitosa.

**Gráfico 7: Conhecimento sobre recursos educacionais disponíveis para a capacitação em direitos humanos no âmbito policial.**



A maioria dos participantes (85,3%) afirmou ter conhecimento sobre os recursos educacionais disponíveis para a capacitação em direitos humanos no âmbito policial, enquanto 14,7% declararam não ter esse conhecimento. Essa alta porcentagem de participantes informados sobre esses recursos educacionais sugere uma conscientização significativa dentro da instituição policial militar sobre a disponibilidade de materiais e programas de capacitação relacionados aos direitos humanos. Esse achado é encorajador, pois indica uma predisposição para buscar e acessar ferramentas de aprendizado que possam contribuir para uma melhor compreensão e aplicação dos princípios de direitos humanos no contexto policial.

No entanto, a presença de uma minoria que não está ciente desses recursos educacionais destaca a necessidade de melhorar a divulgação e o acesso a esses materiais, garantindo que todos os agentes tenham a oportunidade de se beneficiar de programas de capacitação em direitos humanos. Essa descoberta também ressalta a importância de uma comunicação eficaz dentro das instituições policiais, bem como a necessidade de políticas que promovam a divulgação e o uso de recursos educacionais relevantes para os agentes policiais.

Na literatura, a importância do conhecimento sobre recursos educacionais disponíveis para a capacitação em direitos humanos é frequentemente destacada como um fator chave para promover uma cultura organizacional de respeito aos direitos humanos dentro das forças policiais (Fontaine; Haar, 2020).

### **6.3 Como as políticas de direitos humanos no treinamento policial militar influenciam a relação entre a polícia e a comunidade**

Os resultados da pesquisa revelam uma percepção predominantemente positiva entre os participantes sobre o impacto das políticas de direitos humanos no treinamento policial militar na relação entre a polícia e a comunidade. A maioria das respostas expressou que essas políticas têm uma influência positiva na construção de uma relação harmoniosa e de confiança entre os cidadãos e os policiais. Por exemplo, frases como "Impactam de forma positiva a relação entre o cidadão e o policial" e "De forma positiva, aproximação entre comunidade e policiais" sugerem que as políticas de direitos humanos promovem uma aproximação e um entendimento mútuo entre as partes envolvidas.

Esses achados são consistentes com a literatura, que destaca a importância da aplicação efetiva das políticas de direitos humanos para promover uma relação mais positiva e colaborativa entre a polícia e a comunidade. Quando os policiais são treinados para respeitar e proteger os direitos humanos, eles estão mais bem equipados para interagir com a comunidade de maneira respeitosa, sensível e justa. Isso pode resultar em um aumento da confiança e cooperação entre os cidadãos e os policiais, o que é fundamental para o sucesso das operações policiais e para a segurança pública como um todo (Fontaine; Haar, 2020).

No entanto, é importante notar que uma única perspectiva predominante pode não capturar a complexidade total das relações entre a polícia e a comunidade. Portanto, pesquisas futuras podem explorar mais a fundo as diferentes experiências e percepções dos membros da comunidade em relação à influência das políticas de direitos humanos no treinamento policial militar.

## **7 CONCLUSÃO**

Com base nos dados obtidos, a maioria dos participantes relatou uma visão positiva em relação ao impacto dessas políticas na relação entre a polícia e a comunidade, destacando a influência positiva na aproximação, no respeito mútuo e na qualidade do convívio entre os policiais e os cidadãos. Essa perspectiva é fundamental, pois reflete o papel crucial que as políticas de direitos humanos desempenham na construção de relações de confiança e na promoção da legitimidade das forças policiais junto à comunidade.

Além disso, os resultados também evidenciaram áreas que necessitam de atenção e aprimoramento, como a resistência a mudanças culturais dentro das instituições policiais, a necessidade de atualização dos métodos de treinamento e a garantia de internalização dos princípios pelos agentes. Esses desafios destacam a complexidade envolvida na implementação efetiva das políticas de direitos humanos no contexto policial militar e ressaltam a importância de abordagens abrangentes e multifacetadas para promover uma cultura de respeito aos direitos humanos.

Em última análise, a pesquisa oferece informações que podem orientar esforços futuros no sentido de aprimorar as políticas de direitos humanos no treinamento policial militar. Investir na formação contínua dos agentes, promover a participação da comunidade na elaboração e avaliação das políticas, e garantir o acesso e a disseminação eficaz dos recursos educacionais são passos essenciais para fortalecer ainda mais a relação entre a polícia e a comunidade, garantindo o respeito aos direitos humanos e promovendo uma sociedade mais segura e justa.

## **REFERÊNCIAS**

BARSZCZ, Jardel. Polícia militar atuando como promotora de educação em direitos humanos. **Brazilian Journal of Development**, v. 9, n. 9, p. 25676-25690, 2023.

BITTAR, Eduardo Carlos Bianca. **Ética, educação, cidadania e direitos humanos**. Editora Manole Ltda, 2019.

BRASIL, Maria Glauciria Mota; LOPES, Emanuel Bruno; MIRANDA, Ana Karine Pessoa C. Direitos humanos e formação policial: Reflexões sobre limites e possibilidades. **O público e o privado**, v. 9, n. 18 jul. dez, p. 111-127, 2011.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças; LOBO, Lilia Ferreira; NASCIMENTO, Maria Lívia do. Por uma invenção ética para os Direitos Humanos. **Psicologia clínica**, v. 20, p. 89-102, 2008.

CONDE, Daniel Gonçalves. Direitos humanos e a cultura organizacional das instituições policiais. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 16, n. 2, p. 104-121, 2022.

CRUZ, Raffael Piontkievicz. Policiamento de proximidade: nova perspectiva para a formação policial militar a partir da política de educação em segurança pública/Proximity policing: a new perspective for military police training based on public security education policy. **Brazilian Journal of Development**, v. 8, n. 4, p. 27296-27314, 2022.

FRANÇA, Fábio Gomes. Segurança pública e a formação policial militar: os direitos humanos como estratégia de controle institucional. **Estudos de Sociologia**, v. 17, n. 33, 2012.

MAIA, Maria Cláudia Zaratini; FIGUEIREDO, Fernando. Educação em Direitos Humanos: o programa mundial de educação em Direitos Humanos no Brasil. **Revista JurisFIB**, v. 10, n. 10, 2019.

OLIVEIRA, Sandra Schons Lemos de; JACONDINO, Eduardo Nunes. A política educacional de formação de policiais militares: reverberações e caminhos a percorrer. **Educação & Formação**, v. 7, 2022.

SANTOS, Ailton Luiz; SILVA, Romulo Garcia Barros; DE LIMA, Helton Carlos Praia. Segurança Pública e Direitos Humanos no Amazonas. **AYA Editora**, 2023.

SILVA, Nívia Pereira da. Implicações históricas e sociais do processo de encarceramento de presos provisórios no Brasil: Uma revisão da literatura. **Educação & Formação**, 2023.

SOUZA, Adilson Paes de. **A educação em direitos humanos na polícia militar**. 2012. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

## APÊNDICES

### APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO DE APLICAÇÃO PELO FORMS

1- Nome:

2- Idade:

3- Tempo de serviço na Polícia Militar:

4- Como você avalia seu conhecimento sobre as políticas de direitos humanos aplicadas ao treinamento policial militar? (Escala de 1 a 5, sendo 1 = Muito Baixo e 5 = Muito Alto)

5- Na sua opinião, qual é a importância das políticas de direitos humanos no treinamento policial militar? (Resposta aberta)

6- Como você avalia a efetividade das políticas de direitos humanos atualmente em vigor no treinamento policial militar? (Escala de 1 a 5, sendo 1 = Muito Baixa e 5 = Muito Alta)

7- Quais desafios você identifica na aplicação prática das políticas de direitos humanos durante o treinamento policial militar? (Resposta aberta)

8- Que sugestões você apresentaria para aprimorar as políticas de direitos humanos no treinamento policial militar? (Resposta aberta)

9- Você já participou de atividades de educação continuada relacionadas às políticas de direitos humanos? (Sim/Não)

10 - Você tem conhecimento sobre recursos educacionais disponíveis para a capacitação em direitos humanos no âmbito policial? (Sim/Não)

11- Na sua visão, como as políticas de direitos humanos no treinamento policial militar influenciam a relação entre a polícia e a comunidade? (Resposta aberta)

12- Quais são suas expectativas em relação ao desenvolvimento futuro das políticas de direitos humanos no treinamento policial militar? (Resposta aberta)